JOSÉ EDUARDO FIGUEIREDO DE ANDRADE MARTINS

Inadimplemento eficiente do contrato

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Associado Dr. Eduardo Tomasevicius Filho

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

JOSÉ EDUARDO FIGUEIREDO DE ANDRADE MARTINS

Inadimplemento eficiente do contrato

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração em Direito Civil, sob orientação do Prof. Associado Dr. Eduardo Tomasevicius Filho.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Figueiredo de Andrade Martins, José Eduardo
Inadimplemento eficiente do contrato / José
Eduardo Figueiredo de Andrade Martins ; orientador
Eduardo Tomasevicius Filho -- São Paulo, 2019.
339

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade
de São Paulo, 2019.

1. Inadimplemento eficiente. 2. Efficient breach
theory. 3. Direito Contratual. 4. Inadimplemento. 5.
Análise Econômica do Direito. I. Tomasevicius Filho,
Eduardo, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: MARTINS, José Eduardo Figueiredo de Andrade

Título: Inadimplemento eficiente do contrato

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração em Direito Civil, sob orientação do Prof. Associado Dr. Eduardo Tomasevicius Filho.

Resultado: _____

Data: __/__/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais, Marcio e Carmen, por torcerem, apoiarem e confiarem na minha capacidade de superar todas as adversidades e de realizar os meus objetivos.

Aos meus avós, Antonio José, Maria Angélica, Joaquim e Therezinha, porque sei que, de algum lugar, estão me observando e torcendo por mim.

À minha tia-avó Enoe, pelo bom humor inabalável e pelas ótimas lembranças que para sempre guardarei no meu coração.

A Deus, por me conceder todos os dias a força necessária para seguir em frente, sem hesitar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador, Professor Associado Eduardo Tomasevicius Filho que pela segunda vez me acolheu como seu orientando, com suas valiosíssimas dicas e correções para que este estudo estivesse adequado às exigências de uma tese de doutorado. Além disso, não posso deixar de agradecer pela amizade e cuidado a todo o momento, que faz com que minha admiração, que já é imensa, aumente ainda mais.

Agradeço também aos professores Cristiano de Sousa Zanetti e Enéas de Oliveira Matos pelas sugestões feitas no exame de qualificação. A incorporação delas tornou a tese substancialmente mais rica.

Além de dedicar a eles esta tese, similarmente agradeço aos meus pais por tudo que fizeram por mim até aqui. Não seria nada sem o esforço e confiança permanente deles no meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Aos meus amigos Bruna Maudonnet, Renato Piton, Ivan Bortoto, Rafael Malavassi, Gabriel Kozma, Maria Julia Peruzzi, Vanessa Peres e Juliana Rímoli pelo permanente e inabalável apoio que me dão, nunca duvidando de meu potencial e me dando forças para seguir em frente. Assim como agradeço à Andreia Fernandes pelo carinho, apoio, ajuda, atenção e paciência com meus insistentes e quase que infindáveis sacrifícios para a redação desta tese.

Agradeço também ao meu fiel e amado companheiro canino, Lipe, que por anos a fio fica (literalmente) ao meu lado enquanto escrevo. Do tanto que ele me acompanha já o considero em meu coração coautor de meus textos.

Meu agradecimento, além do mais, é direcionado aos professores e amigos da PUC-Campinas que me apoiaram tanto nesta jornada. Não vou nomeá-los por receio de esquecer de alguém, mas todos sabem quem são e sou eternamente grato pelos ótimos momentos de convívio.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, mesmo não nomeados – mas que sabem que me ajudaram muito! – de alguma forma contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

RESUMO

MARTINS, José Eduardo Figueiredo de Andrade. **Inadimplemento eficiente do contrato**. 2019. 339 p. Doutorado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Esta tese trata do inadimplemento eficiente do contrato, tendo por objetivo estudar os seus elementos e a viabilidade de sua incorporação no direito brasileiro ou, pelo menos, desenvolver uma teoria propriamente brasileira a partir da reflexão sobre os institutos jurídicos brasileiros já existentes e em comparação com o que já se desenvolveu nos Estados Unidos. Para tanto, primeiramente são estudados os instrumentos próprios da Análise Econômica do Direito que possuem relação com a teoria do inadimplemento eficiente, como a Teoria dos Jogos, a informação assimétrica, os custos de transação e aspectos da Economia Comportamental. Em seguida, o estudo faz uma revisão do que se entende por inadimplemento eficiente no direito estadunidense, analisando as especificidades, consequências, críticas e institutos correlatos que podem impactar em sua aplicação. Depois, o estudo foca nas variadas formas de extinção contratual presentes no ordenamento jurídico brasileiro, buscando em cada uma delas verificar a compatibilidade com o inadimplemento eficiente. Inova-se, inclusive, ao se defender a expansão da teoria no Brasil para os casos de adimplemento por meio de obrigações alternativas e facultativas. A seguir, o estudo foca nas possíveis verbas que compõem a indenização, bem como trata das cláusulas que a limitam e excluem, além de refletir sobre os gastos que a própria parte pode ter com o inadimplemento. No próximo capítulo, é estudada a compatibilidade do inadimplemento eficiente com os princípios da boa-fé objetiva e da função social do contrato. Por fim, são analisados casos na jurisprudência brasileira em que poderia haver a incidência do inadimplemento eficiente do contrato.

Palavras-chave: inadimplemento eficiente; *efficient breach theory*; Direito Contratual; inadimplemento; Análise Econômica do Direito.

ABSTRACT

MARTINS, José Eduardo Figueiredo de Andrade. **Efficient breach of contract**. 2019. 339 p. Doctorate – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

This thesis deals with the efficient breach of contract, with the objective of studying its elements and the feasibility of incorporating it into Brazilian law or, at least, developing a properly Brazilian theory based on the reflection on existing Brazilian legal institutes and in comparison with which has already been developed in the United States. To do so, it is first studied the instruments of the Economic Analysis of Law that are related to the efficient breach theory, such as Game Theory, asymmetric information, transaction costs and aspects of Behavioral Economics. The study then reviews what is meant by efficient breach in US law, analyzing the specificities, consequences, criticisms, and related institutes that may impact its application. Then, the study focuses on the various forms of contractual extinction in the Brazilian legal system, seeking in each of them to verify compatibility with the efficient breach. It is also innovating to defend the expansion of theory in Brazil for cases of compliance through alternative and optional obligations. The study then focuses on the possible amounts that make up the indemnity, as well as deals with the clauses that limit and exclude it, as well as reflect on the expenses that the party may have with the breach. In the next chapter, the compatibility of efficient breach with the principles of good faith and the social function of the contract is studied. Finally, cases are analyzed in Brazilian jurisprudence in which there could be an incidence of efficient breach of the contract.

Keywords: efficient breach; efficient breach theory; Contract Law; default; Economic Analysis of Law.

RIASSUNTO

MARTINS, José Eduardo Figueiredo de Andrade. **Inadempimento efficiente del contratto**. 2019. 339 p. Dottorato – Scuola di Giurisprudenza, Università di São Paulo, São Paulo, 2019.

Questa tesi si occupa del inadempimento efficiente del contratto, con lo scopo di studiare i suoi elementi e la fattibilità della sua costituzione nel diritto brasiliano o almeno a sviluppare una teoria specificamente brasiliana dalla riflessione sulle istituzioni giuridiche brasiliane esistenti e rispetto a che si è già sviluppato negli Stati Uniti. Pertanto, gli strumenti di Analisi Economica del Diritto che sono legati alla teoria del inadempimento efficiente sono dapprima studiati come la Teoria dei Giochi, informazione asimmetrica, i costi di transazione e gli aspetti di Economia Comportamentale. Poi lo studio è una revisione di ciò che si intende per inadempimento efficiente negli Stati Uniti, analizzando le specifiche, le conseguenze, recensioni ed istituti correlati che possono avere un impatto sulla vostra applicazione. Poi, lo studio si concentra sulle varie forme di estinzione contrattuali presente nel sistema giuridico brasiliano, cercando in ognuno di loro per verificare la compatibilità il inadempimento efficiente. Sta inoltre innovando per difendere l'espansione della teoria in Brasile per i casi di conformità attraverso obblighi alternativi e opzionali. Successivamente, lo studio si concentra sui possibili somme che costituiscono il compenso, così come si occupa di clausole che limitano ed escludono, e riflettono sulle spese che il partito può avere con il inadempimento. Nel prossimo capitolo si studia la compatibilità di inadempimento efficiente con i principi di buona fede oggettiva e la funzione sociale del contratto. Infine, i casi sono analizzati nella giurisprudenza brasiliana in cui potrebbe esserci un'incidenza di inadempimento efficiente del contratto.

Parole chiave: inadempimento efficiente; *efficient breach theory*; Diritto Contrattuale; inadempimento; Analisi Economica del Diritto.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO (LAW & ECONOMICS) PARA O INADIMPLEMENTO EFICIENTE DO CONTRATO	18
1.1. Considerações iniciais	18
1.1.1. Desenvolvimento histórico	20
1.2. Conceitos essenciais para a análise econômica da teoria do inadimplemento eficiente	23
1.2.1. A eficiência econômica	27
1.2.2. A utilidade, o risco e a incerteza	30
1.2.3. Breve revisão dos instrumentos da Análise Econômica do Direito na teoria do inadimplemento eficiente do contrato	33
1.2.3.1. Teoria dos Jogos	33
1.2.3.2. O Teorema de Coase e os custos de transação	49
1.2.3.3. Informação assimétrica	60
1.2.3.4. Economia Comportamental	70
 CAPÍTULO 2 – A EFFICIENT BREACH THEORY NO DIREITO ESTADUNIDENSE	81
2.1. Ideias preliminares sobre o Direito Contratual no direito estadunidense: a Teoria Econômica do Contrato	81
2.2. Origem e conceito da <i>efficient breach theory</i>	87
2.3. Danos pela expectativa (<i>expectation damages</i>)	90
2.3.1. Regra de responsabilidade (<i>liability rule</i>) e compensação pelos danos	98
2.3.1.1. Cláusula de danos liquidados (<i>liquidated damages clause</i>)	99
2.3.1.2. Danos punitivos (<i>punitive damages</i>)	101
2.3.2. Regra de propriedade (<i>property rule</i>) e a prestação específica (<i>specific performance</i>)	107
2.4. A questão temporal da <i>efficient breach theory</i>	112
2.5. Posições contrárias à <i>efficient breach theory</i>	116

2.5.1. O problema da moralidade	117
2.5.2. O problema da base em falsas premissas	122
2.5.3. O problema dos custos de transação	125
2.5.4. O problema do oportunismo	127
2.5.5. O problema da exclusão dos demais remédios	131
2.6. Novas perspectivas para a <i>efficient breach theory</i>	136
2.6.1. A <i>Dual Performance Hypothesis</i> de Daniel Markovits e Alan Schwartz	137
2.6.2. O modelo de remédios eficientes de Gregory Klass	140

CAPÍTULO 3 – A EXTINÇÃO DO CONTRATO NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO E O INADIMPLEMENTO EFICIENTE 144

3.1. Considerações sobre as diferenças entre o ordenamento jurídico brasileiro e a <i>common law</i> nas consequências pelo inadimplemento	144
3.2. Ideias preliminares sobre o inadimplemento no ordenamento jurídico brasileiro	146
3.3. O inadimplemento absoluto	148
3.3.1. Hipóteses de inadimplemento absoluto e sua relação com o inadimplemento eficiente	149
3.3.2. Resolução contratual no inadimplemento absoluto e inadimplemento eficiente ...	153
3.3.3. A prestação equivalente no inadimplemento absoluto e o inadimplemento eficiente	155
3.3.4. Indenização por perdas e danos isoladamente no inadimplemento absoluto e inadimplemento eficiente	158
3.3.5. Inadimplemento antecipado	159
3.4. O inadimplemento relativo	161
3.4.1. A <i>mora solvendi</i> e o inadimplemento eficiente	163
3.4.2. A <i>mora accipiendi</i> e o inadimplemento eficiente	165
3.5. A violação positiva do contrato	166
3.6. O adimplemento substancial	169
3.7. A exceção de contrato não cumprido	171
3.8. A resolução pela onerosidade excessiva e a revisão pela teoria da imprevisão.....	174
3.9. A rescisão	177
3.9.1. O distrato e o inadimplemento eficiente	177
3.9.2. A rescisão unilateral e o inadimplemento eficiente	179
3.10. A invalidade do contrato	181

3.10.1. A nulidade do contrato e o inadimplemento eficiente	182
3.10.2. A anulabilidade do contrato e o inadimplemento eficiente	185
3.11. Formas de extinção pelo adimplemento compatíveis com o inadimplemento eficiente	187
3.11.1. A obrigação alternativa	188
3.11.2. A obrigação facultativa	190

CAPÍTULO 4 – OS GASTOS COM O INADIMPLEMENTO EFICIENTE NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO 193

4.1. Delimitação do conceito e definição do inadimplemento eficiente no direito brasileiro	193
4.2. Considerações preliminares sobre a responsabilidade contratual e a indenização	195
4.3. As perdas e danos	198
4.3.1. Os danos emergentes	199
4.3.1.1. O dano extrapatrimonial	201
4.3.2. Os lucros cessantes	204
4.3.3. A perda de uma chance	207
4.3.4. A fixação do limite de responsabilidade às consequências diretas e imediatas	210
4.3.5. A mitigação das perdas e danos: o <i>duty to mitigate the loss</i>	215
4.4. A correção monetária	219
4.5. Os juros	220
4.6. Cláusulas acessórias que impactam no valor indenizatório	222
4.6.1. As arras	222
4.6.2. A cláusula penal	225
4.6.3 A multa penitencial	230
4.6.4 A cláusula de não indenizar	232
4.6.4.1. A cláusula cruzada de não indenizar	234
4.7. Os gastos do devedor com sua própria atividade	236
4.7.1. Gastos com ação judicial	237
4.7.2. Gastos com meios alternativos de solução de litígios	241
4.8. A renegociação	243
4.9. O cálculo dos gastos com o inadimplemento eficiente	246

CAPÍTULO 5 – A INTERAÇÃO DA BOA-FÉ E DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO COM O INADIMPLEMENTO EFICIENTE 251

5.1. Considerações gerais sobre o princípio da boa-fé objetiva	251
5.1.1. Princípio da boa-fé e eficiência econômica	253
5.1.1.1. O comportamento oportunista como contrário à boa-fé e à eficiência	256
5.1.2. A função interpretativa e o inadimplemento eficiente	260
5.1.3. A função criadora de deveres jurídicos anexos e o inadimplemento eficiente	261
5.1.3.1. Deveres de lealdade e confiança recíprocas e inadimplemento eficiente	262
5.1.3.2. Dever de informar e inadimplemento eficiente	264
5.1.3.3. Dever de cooperação e inadimplemento eficiente	268
5.1.4. A função delimitadora do exercício de direitos subjetivos: o abuso de direito e o inadimplemento eficiente	274
5.2. Considerações sobre o princípio da função social do contrato e o inadimplemento eficiente	277
5.3. A tutela externa do crédito: a teoria do terceiro cúmplice e o inadimplemento eficiente	282

CAPÍTULO 6 – O INADIMPLEMENTO EFICIENTE NA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA 289

6.1. Considerações iniciais sobre a pesquisa realizada	289
6.2. O caso dos tomates	290
6.3. O caso Zeca Pagodinho	292
6.4. O caso da contratação de Benedito Ruy Barbosa	296
6.5. O caso dos contratos de soja verde	299

CONCLUSÃO	303
-----------------	-----

REFERÊNCIAS	315
a) Bibliográficas	315
b) Legislativas	333
c) Jurisprudenciais	335
c.1) Jurisprudência brasileira	335
c.2) Jurisprudência estrangeira	339

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado trata do inadimplemento eficiente do contrato. Trata-se de tema ainda muito pouco conhecido e desenvolvido pelos juristas brasileiros, razão pela qual se justifica a elaboração de uma tese que inevitavelmente precisa trazer uma contribuição inédita para a ciência. E de fato, muito do material encontrado no Brasil nada mais faz do que repetir de maneira acrítica o que fora desenvolvido nos Estados Unidos, país de origem da concepção de inadimplemento eficiente do contrato.

Tem-se que a consequência esperada de um contrato é sua execução e cumprimento. Afinal, se as partes celebraram a avença, se presume que desejam o seu objeto. Só que as circunstâncias que permeiam a relação contratual podem se alterar e, conjuntamente, os interesses dos envolvidos. O contrato pode não mais atender às necessidades ou propiciar os benefícios inicialmente esperados. Se assim a realidade se apresenta, é de se questionar se a manutenção do contrato, e não o seu encerramento, é realmente uma solução querida pelo sistema jurídico, que invariavelmente deve atender ao bem estar de todos.

Coloca-se a licitude em debate com a eficiência; o Direito em discussão com a Economia. Em regra, pelo lado do Direito, se espera o adimplemento, ainda que a execução traga prejuízos econômicos ao contratante, tendo em vista que a promessa faz lei entre as partes. Já pelo lado da Economia, importa os ganhos ao final da operação, sem se preocupar se haverá a quebra ou não de uma promessa. Os objetivos e pontos de vista das ciências são distintos, mas os objetos de estudo – as relações humanas, de maneira geral – se convergem. Neste ponto de contato é que se faz necessária a identificação ou elaboração de uma inédita harmonização.

Posiciona-se justamente neste foco o problema do inadimplemento eficiente do contrato: uma tentativa de conciliação interdisciplinar de Direito e Economia, na qual se busca uma leitura dos institutos jurídicos que atendam os anseios econômicos. Uma perspectiva com o fito de compreender adequadamente que a eficiência é também um dos objetivos perseguidos pelo sistema jurídico e que sua estrutura com ela deve convergir.

Para tanto, a investigação feita se vale bastante dos instrumentos econômicos utilizados pela Análise Econômica do Direito, estabelecendo em diversos pontos a relação

entre o inadimplemento e seus institutos jurídicos correlatos com a Teoria dos Jogos, a assimetria informacional, os custos de transação e aspectos da Economia Comportamental. Ao longo dos capítulos, se constatará que o Direito Contratual brasileiro tem muito do que aproveitar da Análise Econômica do Direito, e que uma leitura adicional à luz da Economia dos dispositivos legais não é violadora dos outros valores neles inerentes.

Em diversos itens que compõem esta tese, serão revisitadas as espécies de inadimplemento presentes no ordenamento jurídico brasileiro. O objetivo é verificar, de maneira pioneira, a compatibilidade de cada uma delas com o inadimplemento eficiente do contrato, sem repetir os escassos estudos pátrios sobre o tema que refletiram superficial e genericamente uma incorporação acrítica do inadimplemento eficiente no Brasil.

Não se limitando a isto, a tese avança na análise dos institutos jurídicos correlatos ao inadimplemento para compreender sua possível relação com o inadimplemento eficiente. Tratando-se das consequências do inadimplemento, se estuda a resolução contratual, a execução forçada, a indenização, a onerosidade excessiva, a teoria da imprevisão, a exceção de contrato não cumprido e o adimplemento substancial. Do meio como opera, são estudadas as formas de resilição, as arras, a cláusula penal, a multa penitencial e as formas de cláusula de não indenizar. Ao lado do inadimplemento, se analisa como as espécies de invalidade similarmente se relacionam. Em todos buscando trazer, de forma inédita, uma solução para a compatibilização do inadimplemento eficiente com o direito brasileiro, sem ultrapassar os limites impostos pelo sistema.

Além disso, a tese também expande o conceito de inadimplemento eficiente do contrato em observância da peculiaridade do ordenamento jurídico brasileiro, identificando circunstâncias em que a formatação dada ao contrato faz com que as consequências de um adimplemento se equiparem, na prática, a um inadimplemento. É o que será trabalhado acerca das obrigações alternativas e facultativas. Igualmente, expande o tema ao refletir sobre o impacto de uma renegociação em contraste com o inadimplemento eficiente.

Dedica-se, ainda, a demonstrar, pioneiramente, qual o impacto financeiro que aquele que deseja se valer do inadimplemento eficiente poderá ter que suportar, enumerando e refletindo sobre as diversas espécies que podem compor tanto o montante indenizatório quanto despesas próprias com a atividade de inexecução contratual.

Finalmente, a tese não deixa de refletir sobre a adequação do inadimplemento eficiente do contrato com os princípios da boa-fé e da função social do contrato, demonstrando que todos almejam o mesmo objetivo, mas em planos diferentes. Ademais, que o inadimplemento querido pelo contratante não é um comportamento contrário ao Direito, mas em observância de uma eficiência identicamente perseguida pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Diante disso tudo se pode dizer que o objetivo da tese foi identificar, primeiramente, o que seria o inadimplemento eficiente do contrato no direito estadunidense. Em seguida, se o que fora nele desenvolvido é compatível com o direito brasileiro, isto é, se seria possível a sua transposição, com ou sem adaptações, ou se a incompatibilidade é total, inadmissível no contexto pátrio. Por fim, havendo compatibilidade, sob quais fundamentos jurídicos pode o inadimplemento eficiente do contrato ser incorporado e como funcionaria em consonância com os demais institutos jurídicos já existentes no sistema.

Pela necessidade de pesquisa profunda sobre a bibliografia estadunidense, foi feita consulta e estudo em livros e artigos disponíveis eletronicamente e de possível aquisição no Brasil. Além disso, fomos admitidos no *Summer Institute in Law and Economics* da Universidade de Chicago, realizado em julho de 2018, curso em que tivemos a oportunidade de debater sobre o tema com colegas e professores bem como ter amplo acesso à biblioteca da universidade. Com isso, foi possível tomar conhecimento do atual patamar de discussão sobre a teoria do inadimplemento eficiente (*efficient breach theory*) no direito estadunidense.

Assim, uma das grandes dificuldades na redação desta tese foi a falta de material pátrio com a devida adaptação à realidade brasileira. Foi necessária uma reflexão profunda da produção científica estrangeira, principalmente estadunidense, quase sem a possibilidade de se perquirir se o que fora estudado até hoje no Brasil está condizente com a estrutura do ordenamento jurídico brasileiro. Se isto dificultou o trabalho de pesquisa, ao mesmo tempo propiciou o desenvolvimento de uma reflexão inédita sobre o tema.

Em razão de o direito estadunidense ser filiado ao sistema de *common law*, a leitura e reflexão para a compreensão do inadimplemento eficiente do contrato teve que ser bastante cuidadosa. Afinal, foi preciso identificar as diferenças entre aquele sistema e o brasileiro, filiado ao *civil law*. Sem esta atenção e maior cuidado, havia o perigo de se fazer

uma análise ingênua e incompatível com aquilo que já está estabelecido no ordenamento jurídico brasileiro. Até porque a inovação da tese não pode significar ignorar aquilo que o sistema, diante de suas peculiaridades, não admite.

Outra dificuldade consistiu na interdisciplinaridade do tema, envolvendo conceitos de Economia que os juristas de uma maneira geral não são familiarizados. Dessa maneira, foi necessária maior dedicação para complementar os estudos em tópicos de Microeconomia, tornando possível desenvolver a tese de modo que o uso de termos econômicos não causasse estranheza ao leitor com formação jurídica.

A tese foi dividida em seis capítulos. No primeiro, tratamos dos fundamentos próprios da Análise Econômica do Direito que se relacionam com o inadimplemento eficiente. Neste sentido, foram discutidos institutos próprios da Economia aplicados ao Direito, como o conceito de eficiência, Teoria dos Jogos, custos de transação, assimetria informacional e o ramo da Economia Comportamental. Tudo para servir de referencial teórico econômico para o inadimplemento eficiente do contrato.

No segundo capítulo foi tratado o inadimplemento eficiente no direito estadunidense. Analisou-se o seu conceito e definição e como se dá a sua aplicação naquele ordenamento jurídico. Ademais, para o seu desenvolvimento, foram discutidos institutos jurídicos correlatos, buscando compreender como que funciona o Direito Contratual nos Estados Unidos para contextualizar a teoria do inadimplemento eficiente (*efficient breach theory*).

O terceiro capítulo inaugura a reflexão sobre a incorporação do inadimplemento eficiente do contrato no direito brasileiro. Desse modo, o capítulo trata das formas de extinção do contrato e a sua interação com o inadimplemento eficiente. Nele são analisados os inadimplementos absoluto e relativo, a violação positiva do contrato, o adimplemento substancial, a resolução, a exceção de contrato não cumprido, a onerosidade excessiva, a resilição, o distrato e as espécies de invalidade do negócio jurídico. Adicionalmente, são analisadas as obrigações facultativa e alternativa como meios de igualmente permitir a incidência do inadimplemento eficiente no Brasil.

Já o quarto capítulo se inicia com a conceituação e definição de inadimplemento eficiente adaptados ao direito brasileiro, bem como da justificativa pela opção da expressão “inadimplemento eficiente” ao invés de “quebra eficiente” ou “incumprimento eficiente”.

A seguir, discorre-se acerca dos gastos que porventura possam incorrer aquele que se valer do inadimplemento eficiente, sendo explicada a composição do montante indenizatório tal qual previsto em lei e demais gastos que podem existir quando da extinção do vínculo contratual. Também são abordados os instrumentos capazes de limitar a indenização, como as arras, a cláusula penal, a multa penitencial e a cláusula de não indenizar. Finalmente, como a renegociação pode impactar o inadimplemento eficiente.

O quinto capítulo aborda a interação entre o inadimplemento eficiente e os princípios da boa-fé objetiva e da função social do contrato. Dentro do princípio da boa-fé objetiva, contribui-se para a diferenciação do comportamento oportunista, muito confundido por aqueles que estudam superficialmente o inadimplemento eficiente. Em seguida, é apresentada a congruência havida entre as funções do princípio da boa-fé e seu contraste com o abuso de direito. Depois, reflete-se sobre a interação com o princípio da função social do contrato, abrangendo também a denominada teoria do terceiro cúmplice.

Finalmente, no sexto capítulo são trazidos casos da jurisprudência brasileira em que se notou a possibilidade de aplicação do inadimplemento eficiente. Após larga pesquisa nos sítios de vários tribunais brasileiros e constatada nenhuma referência à teoria do inadimplemento eficiente – evidenciando ainda mais o ineditismo do tema no Brasil – foram buscados casos referenciados por outros estudos, bem como aqueles de nosso conhecimento, para a verificação consonância da teoria com a prática forense.

CONCLUSÃO

Nesta tese se buscou demonstrar que não há incompatibilidade entre o inadimplemento eficiente do contrato e o ordenamento jurídico brasileiro. Embora não se possa dizer que é possível uma incorporação completa da *efficient breach theory* desenvolvida no direito estadunidense, a inserção de adaptações faz com que se possa falar em uma teoria do inadimplemento eficiente do contrato brasileira. Pode-se afirmar que referida ideia é viabilizada, em primeira análise, pela estrutura fomentada pela Análise Econômica do Direito, trazendo institutos jurídicos e econômicos que tem aplicação comum tanto ao direito brasileiro – pertencente ao sistema de *civil law* – quanto ao direito estadunidense – pertencente ao sistema de *common law*.

Neste diapasão, foi trabalhado no capítulo 1 institutos próprios da Análise Econômica do Direito aplicáveis ao inadimplemento eficiente do contrato. Assim, compreendeu-se que o conceito de eficiência utilizado pelo tema em estudo é o de Pareto, que prega só haver eficiência na realocação de recursos se pelo menos uma das partes ficou em melhor situação que antes e a outra não sofreu prejuízo, ficando na mesma situação ou também obtendo um incremento. Tal modalidade de eficiência traz a essência do inadimplemento eficiente: aquele que deixa de cumprir a obrigação o faz em busca de um negócio mais vantajoso, mas sem deixar de compensar devidamente a parte contrária. Ao final, aquele que inadimpliu auferirá maiores ganhos enquanto que o outro receberá prestação que o deixará em nível de satisfação semelhante ao que teria se o contrato tivesse sido cumprido.

Estabelecida tal premissa, ainda em um viés econômico, pode-se operacionalizar e racionalizar o inadimplemento eficiente do contrato através de alguns instrumentos próprios da Microeconomia. Foram identificados quatro deles: a Teoria dos Jogos, os custos de transação, a informação assimétrica e a Economia Comportamental.

No tocante à Teoria dos Jogos, foi destacada a racionalidade do participante em tomar decisões que lhe tragam maiores benefícios diante das possibilidades abertas pelas circunstâncias. Desse modo, são previstos os passos que serão dados por todos os jogadores e quais serão seus desdobramentos, orientando para que todos façam escolhas que realoquem de maneira eficiente os recursos envolvidos. Tal verificação se mostra

imprescindível para aquele que quer se valer do inadimplemento eficiente, haja vista que deverá observar qual decisão maximizará seus ganhos e reduzirá significativamente suas perdas.

Os custos de transação se relacionam diretamente com os gastos havidos com o inadimplemento eficiente. São custos que as partes incorrem com as operações econômicas e que, por vezes, não são contabilizadas no *quantum* indenizatório. Pode-se exemplificar com as despesas com negociações, infraestrutura, materiais não essenciais à execução do contrato, transporte, entre outros. Tudo isso encarece a execução do contrato e, se desconsiderados, podem ocasionar na falsa leitura da realidade de que a operação econômica é eficiente. E o papel do direito é reduzir os custos de transação, já determinando de antemão as responsabilidades. No tema estudado, a parte pode achar que pelo valor do contrato e pela indenização devida, é eficiente se tornar inadimplente e contratar com terceiro. Todavia, os custos de transação não levados em consideração encarecem a operação a tal ponto que não há eficiência. Por isso, aquele que quiser se valer do inadimplemento eficiente deverá ter atenção aos custos de transação.

Saber ou não se a extinção do vínculo contratual pelo inadimplemento será eficiente esbarra no problema da assimetria informacional, tendo em vista que quanto menos o contrante souber das condições da parte contrária, menos certeza ele terá sobre os valores que serão envolvidos na verba indenizatória. Significa dizer que não se terá relativa certeza sobre a extensão do dano e, por conseguinte, se o inadimplemento será de fato eficiente. Para tanto, a parte poderá se valer da sinalização e da detecção para reduzir a assimetria de informações: realizar atos que incrementem a confiança da parte contrária para revelar mais dados sobre ela e que envolva a relação contratual e pesquisar sobre, respectivamente. A informação assimétrica, dessa maneira, é grande obstáculo para o inadimplemento eficiente, apesar de transponível em muitos casos.

Só que a racionalidade presumida dos contratantes não pode ser encarada de maneira absoluta. Conforme destaca a Economia Comportamental, nem sempre o contratante fará aquilo que lhe trará maiores vantagens. Há um aspecto psicológico relevante que deve ser levado em consideração que faz com que as escolhas, presumidamente racionais, sejam enviesadas por sentimentos e desejos humanos. Sendo assim, aquele que quiser se valer do inadimplemento eficiente igualmente deve meditar sobre a importância do objeto da obrigação para a parte contrária, já que o efeito de

dotação – a maior valoração de algo pelo simples fato de ser dono dele – pode distorcer previsões meramente racionais, fazendo com que a parte que sofreu a inadimplência opte por remédio que não faça a alocação mais eficiente dos recursos.

Traçadas tais premissas, foi estudado no capítulo 2 a *efficient breach theory* no direito estadunidense, verificando seus fundamentos e aplicação. Verificou-se que em sua concepção tradicional a eficiência de Pareto que viabiliza o inadimplemento eficiente ocorre através da regra de responsabilidade (*liability rule*) em que aquele que descumpre o contrato paga indenização ao invés de realizar a prestação específica. O montante indenizatório, por sua vez, deve conter os danos pela expectativa (*expectation damages*) gerados, posicionando a vítima do inadimplemento na mesma situação que estaria se o contrato tivesse sido cumprido. Trata-se do equivalente aos lucros cessantes no direito brasileiro.

Dessa forma, o inadimplente tem a opção de cumprir a obrigação ou indenizar, salvo em casos específicos. A solução é diversa nos países de *civil law*, como o direito pátrio, pois o descumprimento da obrigação suscita a execução forçada em regra, havendo a conversão pelo equivalente se há a impossibilidade de se cumprir a obrigação ou ela não é mais útil ao credor. E a indenização, se não apenas substitui a própria obrigação, pode complementá-la a fim de reparar as perdas e danos gerados como efeito do inadimplemento.

Outrossim, não se confunde no direito estadunidense e no brasileiro o funcionamento da cláusula de danos liquidados (*liquidated damages clause*) naquele e a cláusula penal neste. Na cláusula de danos liquidados não há limitação ao valor estabelecido pelas partes se elas notarem que é o suficiente para compensar os danos sofridos com o inadimplemento. Já na cláusula penal, o limite é o próprio valor da obrigação, sendo que mesmo atendendo a tal critério, é possível requerer ao juízo indenização suplementar se assim houver previsão contratual.

Acerca do critério do valor, há a aproximação da cláusula de danos liquidados com a multa penitencial, sendo esta uma obrigação facultativa que abre a possibilidade ao devedor de escolher entre cumprir a obrigação tida como principal ou pagar o valor pré-definido para extinguir o contrato. Aqui não há limitação do valor como ocorre com a cláusula penal e a sua execução se ampara na ideia de adimplemento.

A *efficient breach theory* nos Estados Unidos não está livre de críticas. Apontam os estudiosos que ela suscita problemas que envolvem a moralidade de seu funcionamento, de estar baseada em falsas premissas, de desconsiderar os custos de transação, de ser um desdobramento do comportamento oportunista e de excluir os demais remédios disponíveis contra o inadimplemento.

Quando indicam haver um problema em sua moralidade, alegam que a *efficient breach theory* desrespeita a ideia nuclear de um contrato, que é a promessa de adimplemento. Com isso, não poderia o sistema conter um instrumento que vai contra sua finalidade de pacificação social e entendimento entre as partes. Este problema é rebatido justamente pela existência da devida compensação pelo inadimplemento, não havendo desamparo para a parte tida como prejudicada.

O argumento de estar baseada em falsas premissas advém da ideia de que o modelo teórico não condiz com a realidade, que envolve muitos outros aspectos além da estrita relação obrigacional. A crítica, porém, se considerada, questionará as bases da própria ciência. Isto porque a criação de um modelo teórico envolve o foco em certos aspectos do fenômeno, sem que signifique que são ignorados os demais. Apenas não compõem aquilo que é reputado imprescindível e principal para o modelo. E visto qualquer ordenamento jurídico, será facilmente notado que as normas jurídicas relevam apenas um ou outro aspecto dos fenômenos que regulamentam, sem que se afirme não serem igualmente importantes.

Já a desconsideração dos custos de transação é uma crítica que faz sentido se for vista em relação à *simple efficient breach theory*, isto é, no conceito em que foi originalmente concebida, a qual só considera os valores envolvidos na relação obrigacional. Todavia, como visto, em seu desenvolvimento mais moderno a *efficient breach theory* já considera gastos além da obrigação, que envolvem toda a relação contratual.

A confusão com o comportamento oportunista talvez seja uma das maiores críticas tanto no direito estadunidense quanto no direito brasileiro e, diante do que foi estudado, acaba por ser infundada. O oportunismo envolve distribuição de riqueza de maneira que somente o oportunista aufera vantagens, enquanto que na *efficient breach theory* há a realocação eficiente de recursos, fazendo com que o inadimplente esteja em situação melhor que antes e a parte contrária na mesma ou similarmente em situação melhor.

Finalmente, a última crítica diz respeito à exclusão dos demais remédios à disposição do credor, compreendendo que para o inadimplemento ser eficiente só o caminho da indenização é possível. Novamente, trata-se de argumento voltado somente à visão tradicional da *efficient breach theory*, já que se admite que outros instrumentos também podem conduzir a uma alocação eficiente de recursos. E isto acaba se comprovando com as demais reflexões realizadas neste estudo.

De fato, refletindo sobre o ordenamento jurídico brasileiro, nota-se que há compatibilidade com o inadimplemento eficiente do contrato, desde que, independentemente do remédio para o inadimplemento, os ganhos sejam maiores do que as perdas, bem como haja a devida reparação ao que sofreu a extinção do vínculo contratual. Desenvolveu-se no Capítulo 3, então, conclusões sobre a compatibilidade de um inadimplemento eficiente adaptado à realidade brasileira conforme cada modalidade de extinção do contrato.

Verificou-se que em todos os casos de inadimplemento absoluto, salvo por impossibilidade material de obrigação fungível, é possível incidir o inadimplemento eficiente. Independentemente de a consequência do inadimplemento absoluto ser a indenização por perdas e danos, a prestação equivalente ou a resolução contratual, inclusive com a combinação destas, pode-se falar em inadimplemento eficiente, desde que os ganhos sejam maiores do que as perdas, levando em consideração também os custos de transação envolvidos.

Para fins de especificação, diz-se que é possível o inadimplemento eficiente quando há inadimplemento absoluto por impossibilidade material de obrigação infungível, por inutilidade da prestação para o credor, quando há resolução contratual com ou sem indenização por perdas e danos, quando há prestação equivalente com ou sem indenização por perdas e danos ou quando há isoladamente indenização por perdas e danos.

A exceção feita ao inadimplemento absoluto com impossibilidade material de obrigação fungível se dá justamente pela possibilidade de o devedor ainda cumprir a obrigação, haja vista que há a disposição no mercado produto ou serviço semelhante, tornando a prestação original substituível. Neste sentido, não haveria verdadeiramente inadimplemento absoluto, mas inadimplemento relativo, acarretando consequência diversa.

Sendo o inadimplemento antecipado uma modalidade de inadimplemento absoluto, igualmente há compatibilidade com o inadimplemento eficiente, conforme desenvolvido neste estudo. Com efeito, o credor antes mesmo do termo percebe que o devedor não cumprirá a obrigação, em nítida violação ao princípio da boa-fé objetiva. Por isso, busca terceiro para a satisfação de seu interesse, que pode apresentar melhores condições. Logo, há uma eficiente realocação de recursos, em que o devedor não se obrigará mais ao contrato – sem se escusar de adimplir com as consequências jurídicas de seu descumprimento – e o credor alcançará o bem almejado.

No tocante ao inadimplemento relativo, o inadimplemento eficiente do contrato não tem aplicação tão ampla quanto ocorre nos casos de total impossibilidade de cumprimento. De fato, o inadimplemento eficiente só possui compatibilidade com os casos de *mora solvendi*, mas que o inadimplemento relativo tenha por consequência a restituição daquilo que porventura foi adiantado cumulado ou não com perdas e danos ou quando há isoladamente a exigência de indenização por perdas e danos. Novamente, assim como ocorre com o inadimplemento absoluto, desde que os ganhos sejam maiores que as perdas e sejam levados em conta os custos de transação.

Não se vislumbra, em regra, compatibilidade do inadimplemento eficiente com o inadimplemento relativo, na modalidade de *mora solvendi*, quando há execução forçada de bem fungível. Trata-se aqui da verdadeira natureza daquela situação dita alhures acerca do inadimplemento absoluto de bem fungível. Tendo em vista que o devedor terá que cumprir duas vezes o contrato, uma prestando especificamente e de maneira forçada ao credor do contrato originário e outra ao terceiro, parece muito mais eficiente que, evitando as consequências do inadimplemento, haja o cumprimento em dia do que foi estipulado com ambos os outros contratantes. Isso faz com que se evite o pagamento de indenização por perdas e danos se o credor assim incorrer, o que encareceria ainda mais a operação.

Outrossim, não é compatível, em regra, o inadimplemento eficiente com o inadimplemento relativo, em *mora solvendi*, com execução forçada de obrigação de bem infungível. Isto porque o bem será objeto de evicção, sendo entregue para o credor originário, podendo ainda ser cumulado com indenização por perdas e danos e o devedor responderá pelo equivalente com a possibilidade de adição de indenização por perdas e danos em favor do terceiro. Com isso, a proposta mais vantajosa de terceiro não foi

aproveitada e ainda os gastos foram maiores do que originalmente previstos na operação, subtraindo a sua eficiência.

Alternativa para estas hipóteses sobre obrigações de bens fungíveis e infungíveis se encontra somente com a inclusão de cláusulas contratuais acessórias que podem limitar o valor indenizatório. Neste sentido, pode-se pensar nas arras, na cláusula penal, na multa penitencial ou até mesmo na cláusula de não indenizar. Havendo, assim, forçadamente a conversão em equivalente monetário ou valor correspondente às perdas e danos, a execução de tais cláusulas atrai o inadimplemento eficiente, pois afasta a dupla prestação específica com o credor e com terceiro, no caso de bem fungível, e da evicção no caso de bem infungível.

Verificou-se, além do mais, que o inadimplemento relativo, mas por *mora accipiendi*, é incompatível com o inadimplemento eficiente. A diferença é que a dissonância não se dá em razão de eficiência da operação, e sim de prática. As hipóteses legais de mora do credor não permitem pensar em hipóteses que seria viável o inadimplemento eficiente, salvo se posteriormente se transformasse em *mora solvendi*, atraindo as consequências discutidas anteriormente e descaracterizando a situação aqui analisada.

Outra forma de inadimplemento ocorre com a chamada violação positiva do contrato, a qual é compatível com o inadimplemento eficiente do contrato por ser equiparar, em suas consequências, ao inadimplemento absoluto. Com efeito, a violação dos deveres jurídicos anexos estabelecidos pelo princípio da boa-fé objetiva não permite reparação ou estado de mora, o que faz com que se torne impossível o seu posterior cumprimento. Diante disso, caberá tão somente a indenização por perdas e danos, o que permite o sopesamento de ganhos e perdas.

Além disso, é dissonante do inadimplemento eficiente a ocorrência de adimplemento substancial, haja vista que é mais eficiente para a parte buscar o reconhecimento do adimplemento da obrigação ao invés de ingressar em um litígio para discutir o inadimplemento. Afinal, sendo reconhecido o adimplemento substancial, há a extinção do contrato pelo seu cumprimento e, diante disso, somente o valor da obrigação, bem como dos custos de transação envolvidos, é que ingressam no cálculo dos gastos. Já no inadimplemento eficiente, tanto o valor da obrigação como de possíveis perdas e danos serão contabilizados, além dos custos de transação.

Em relação à exceção de contrato não cumprido, o inadimplemento eficiente é conciliável a depender se há impossibilidade temporária ou definitiva do cumprimento da obrigação. Sendo temporária, equipara-se ao inadimplemento relativo, recaindo sobre uma de suas hipóteses de consonância ou não. Se for definitiva, há equiparação com o inadimplemento absoluto, sendo possível haver o inadimplemento eficiente. Destaca-se, ainda, a hipótese da *exceptio non rite adimpleti contractus*, a qual adiciona a obrigação de restituição como consequência do inadimplemento defeituoso. Na sua ocorrência, além dos cuidados já destacados, deverá ser considerada esta nova obrigação para a verificação da eficiência da medida.

Adicionalmente há a hipótese de exceção de insolvência ou de insegurança. Quando incidente, deve-se levar em conta quem deseja o inadimplemento eficiente para a viabilidade deste. Se for aquele que sofreu diminuição no próprio patrimônio que deseja o inadimplemento eficiente, havendo o pedido de resolução contratual pela parte contrária, ocorrerá equiparação ao inadimplemento absoluto, sendo possível o inadimplemento eficiente. Ao contrário, se optar pela execução forçada, não será possível o inadimplemento eficiente por se equiparar ao inadimplemento relativo, nos moldes vistos acima. Por outro lado, se quem deseja se valer do inadimplemento eficiente não for o que sofreu diminuição no patrimônio, então buscará a resolução contratual, equiparando-se ao inadimplemento absoluto, evidenciando sua compatibilidade.

Foi estudada, além do mais, a conciliação do inadimplemento eficiente com a onerosidade excessiva e a teoria da imprevisão. Verificou-se que há compatibilidade com a consequência de resolução contratual, haja vista se equiparar com as consequências do inadimplemento absoluto. Por outro lado, fica prejudicada a congruência do inadimplemento eficiente quando há revisão contratual, já que com o reequilíbrio das prestações, novamente os interesses das partes contratantes são atendidos, não havendo motivo para a busca de melhor oportunidade com terceiro.

Em seguida este estudo se debruçou sobre a relação do inadimplemento eficiente com a rescisão. Na hipótese de distrato há perfeita conformidade entre os institutos, devendo ter atenção apenas com os custos de transação envolvidos na elaboração do instrumento extintivo. Conclusão idêntica se pode extrair da rescisão unilateral, pondo a salvo a hipótese do parágrafo único do artigo 473 do Código Civil, a qual torna difícil a

eficiência da operação em razão de a recuperação dos valores investidos ao longo do tempo poder subtrair os ganhos inicialmente previstos.

Adiante a reflexão avançou para as situações de invalidade do negócio jurídico. Compreendeu-se que não há qualquer relação de prejudicialidade entre as causas de nulidade e o inadimplemento eficiente, pois juridicamente um negócio nulo nem sequer produz efeitos. Por isso, há a liberdade da parte de buscar outro negócio, lícito e legítimo, para satisfazer seus interesses. Todavia, sabendo que pode haver produção de efeitos no plano fático, deve-se atentar aos custos de transação.

No tocante à anulabilidade, aquele que deseja se valer do inadimplemento eficiente precisa se utilizar da Teoria dos Jogos para determinar qual comportamento lhe trará maiores benefícios, bem como se atentar à assimetria informacional para conhecimento do vício que acomete o vínculo. Além disso, o momento em que se encontra o vínculo contratual é igualmente importante. Antes da execução, ainda que com conhecimento do vício, a via da anulação ainda é possível, podendo aquele que deseja a quebra calcular se é mais eficiente anular ou realizar o inadimplemento eficiente. Se, diferentemente, já foi iniciada a execução, a ciência do vício impede a anulação, cabendo apenas a via do inadimplemento eficiente.

Neste estudo buscou-se inovar também acerca da verificação da eficiência em situações que não são propriamente de inadimplemento. Sendo assim, foram consideradas as hipóteses em que há escolha, seja pelo devedor, seja pelo credor, da obrigação a ser cumprida. A grande vantagem é que não haverá inadimplemento e suas devidas consequências jurídicas gravosas ao devedor, mas verdadeiro adimplemento, com o efeito de permitir sem qualquer ônus, inclusive reputacional, de o devedor buscar terceiro para um contrato mais vantajoso. É o que ocorre com as obrigações alternativas e facultativas.

Nas obrigações alternativas, em que tanto o credor quanto o devedor a depender da previsão contratual podem escolher qual das obrigações será cumprida, o inadimplemento eficiente é compatível, mas com ressalvas. Em primeiro lugar, as alternativas terão que ser o objeto principalmente querido pelo credor e uma indenização equivalente. Em segundo lugar, é desejável que a escolha caiba ao devedor, pois a ele será possível optar pela entrega do bem ou pagar quantia alternativa para negociar com terceiro. Caso contrário o devedor terá que torcer para que o credor opte pela indenização ao invés de exigir o objeto

da outra obrigação. Senão as consequências serão semelhantes ao inadimplemento relativo por *mora solvendi*.

Já nas obrigações facultativas, o credor só tem a opção de exigir a obrigação tida como principal, ficando à escolha do devedor cumpri-la ou a obrigação acessória, que para o caso em estudo seria um valor monetário equivalente. Diante disso, a compatibilidade com o inadimplemento eficiente é patente, sobretudo porque a obrigação facultativa de indenizar servirá como multa penitencial, liberando o devedor do contrato e abrindo espaço para a negociação com terceiro.

A seguir, já no Capítulo 4, foram trazidas as verbas possivelmente integrantes da indenização que seria devida com o inadimplemento. Foram estudados os danos emergentes, o dano extrapatrimonial, os lucros cessantes, a perda de uma chance, o *duty to mitigate the loss*, a correção monetária e os juros. Além disso, foram considerados os gastos judiciais e os gastos com meios alternativos de solução de litígios que o devedor possivelmente poderá incorrer. Ao final do capítulo, ainda foram desenvolvidas expressões matemáticas para evidenciar a composição da indenização nos diversos casos apontados neste capítulo. Destacam-se, ainda, as cláusulas que limitam ou excluem o dever de indenizar: as arras, a cláusula penal, a multa penitencial e a cláusula de não indenizar.

Quanto às arras, ambas as espécies possuem compatibilidade com o inadimplemento eficiente. Entretanto, identificam-se maiores dificuldades na interação com as arras confirmatórias. Isto porque, embora propicie o inadimplemento eficiente, é permitido pela legislação o pleito de indenização suplementar, fazendo com que torne complicado o cálculo dos gastos, prejudicando a previsibilidade necessária para a eficiência da operação. Por outro lado, as arras penitenciais fomentam o inadimplemento eficiente, principalmente porque há vedação expressa à indenização suplementar.

A cláusula penal, por sua vez, não é similarmente de todo favorável ao inadimplemento eficiente. Com efeito, a existência de cláusula penal moratória obriga o devedor a adimplir a obrigação cumulada com a multa e se, for o caso, pagar ainda indenização suplementar. O total destas despesas muito provavelmente superará os ganhos com a negociação com terceiro. Já cláusula penal compensatória tem o problema de ser uma alternativa em benefício do credor, resultando no mesmo problema da obrigação alternativa à escolha do credor: o devedor terá que torcer para que seja feita a opção pela

multa ao invés do cumprimento da obrigação, sendo que este último terá suas consequências equiparáveis ao inadimplemento relativo por *mora solvendi*.

No tocante a multa penitencial, já foi mencionado alhures que se trata de uma obrigação facultativa que, contextualizado no estudo do inadimplemento eficiente, concede ao devedor a opção de adimplir com a prestação considerada principal ou pagar valor equivalente, como se multa fosse. Dessa maneira, haverá verdadeiro adimplemento da obrigação, liberando o devedor para a contratação mais eficiente com terceiro. É, pois, plenamente compatível com o inadimplemento eficiente e, possivelmente, o instrumento contratual disponível no ordenamento jurídico brasileiro que mais o propicie.

A cláusula de não indenizar, a despeito da polêmica que a envolve, é perfeitamente compatível com o inadimplemento eficiente, tendo em vista que suas consequências se equivalem a uma resolução contratual. Já no caso de cláusula cruzada de não indenizar, a consequência é a mesma, mas há um risco reputacional mais intenso por envolver terceiros em sua funcionalidade.

No capítulo 5 foi defendida a conciliação dos princípios da boa-fé objetiva e da função social do contrato com o inadimplemento eficiente. Quanto ao princípio da boa-fé objetiva, se demonstrou que atua em plano diferente da eficiência: enquanto a boa-fé se preocupa com os instrumentos à disposição das partes para a coibição do inadimplemento e de conflitos enquanto perdurar a relação contratual, a eficiência se preocupa com os benefícios advindos da relação contratual conforme os interesses dos envolvidos. Por isso, não há contradição entre os institutos, mas convergência para extrair o melhor do vínculo existente.

Por isso mesmo é que o comportamento oportunista não pode ser confundido com o inadimplemento eficiente, já que aquele é verdadeiramente contrário à boa-fé. O oportunismo leva a uma distribuição de recursos ineficiente, haja vista que uma das partes arcará, em seu detrimento, com os benefícios da outra. Há uma distribuição ineficiente de recursos e, quanto maior sua incidência, maior a desconfiança entre as partes. Logo, maiores os gastos com instrumentos de garantia contra ele e a presunção de má-fé ao invés de boa-fé dos contratantes.

Como forma de identificá-lo e afastá-lo do inadimplemento eficiente, compreendeu-se que o oportunismo decorre da assimetria informacional e de poder entre

as partes que são exploradas por aquela que se favorece dele, extraindo vantagens em detrimento da parte contrária a ponto de atrair a intervenção Estatal e de incentivar medidas de proteção e garantia contra ele.

O inadimplemento eficiente do mesmo modo promove a função social do contrato. De fato, a defesa da coletividade envolve o mercado, pois é também por ele que há o desenvolvimento social e econômico. Um contrato deve ser pensado além dos ganhos individuais, mas o bem coletivo que pode proporcionar, sobretudo com uma eficiente distribuição de riquezas. O contrato é um instrumento de efetivação de solidariedade, e não um fim em si mesmo. É neste ponto que o inadimplemento eficiente se mostra compatível com a função social do contrato, já que realoca eficientemente os recursos envolvidos na operação, para que todos os contratantes não fiquem em situação pior do que estavam antes e haja, pelo menos, a melhora das condições de um deles.

Dentro deste contexto, não se pode apontar o inadimplemento eficiente como uma medida violadora da tutela externa do crédito, destacada como a teoria do terceiro cúmplice. Como apontado, há uma nítida diferença no liame subjetivo: no caso do terceiro cúmplice há a intenção de prejudicar, impedindo a normal continuidade do contrato anteriormente celebrado. Já no caso do inadimplemento eficiente, não há o aliciamento ou o induzimento censuráveis, porque o terceiro apenas oferece no mercado seus bens e serviços, sendo procurado por um dos contratantes por uma melhor oportunidade de negócio.

Diante de todas essas reflexões, foi verificado que o inadimplemento eficiente ainda é muito pouco conhecido no Brasil, ficando ainda mais evidente na total ausência de decisões que o mencionem expressamente, como apresentado no Capítulo 6. E dos poucos casos conhecidos de sua possível incidência se notou que nem todos foram julgados em consonância com o que o inadimplemento eficiente defende.

Por fim, a definição de inadimplemento eficiente que desenvolvemos em conformidade com todos os aspectos acima estudados, adequada ao contexto do direito brasileiro. Trata-se da operação que, entre partes vinculadas por um contrato, se traduz no cumprimento de obrigação diversa da essencialmente querida, seja por força do inadimplemento, seja por expressa previsão contratual, para perseguir ganhos ou evitar perdas através de contratação com terceiro, e que ao final as partes contratantes estarão em situação igual ou melhor do que estavam antes da celebração da avença.

REFERÊNCIAS

a) Bibliográficas

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado. **Comentários ao novo Código Civil: da extinção do contrato**. v. 6. t. 2. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor: resolução**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Aide, 2004.

AKERLOF, George A. The market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. **Quarterly Journal of Economics**, v. 84, n. 3, p. 488-500, ago. 1970.

ALVIM, Agostinho Neves de Arruda. **Da inexecução das obrigações e suas consequências**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1972.

ALVIM NETTO, José Manuel de Arruda. A função social dos contratos no novo Código Civil. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, ano 100, v. 371, jan./fev. 2004.

AMBROSOLI, Mateo. **Inadempimento del contratto e risarcimento del danno**. Milão: Giuffrè, 2012.

ANDERSEN, Eric G. Good Faith in the Enforcement of Contracts. **Iowa Law Review**, v. 73, p. 299-335, 1987-1988.

ANDRADE, Gustavo Corrêa de. Dano moral em caso de descumprimento de obrigação contratual. **Revista de Direito do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 53, p. 54-63, jan./mar. 2005.

ARAÚJO, Fernando. **Análise Económica do Direito : Programa e Guia de Estudo**. Coimbra: Almedina, 2008.

_____. **Teoria Económica do Contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.

ASSIS, Araken; ANDRADE, Ronaldo Alves de; ALVES, Francisco Glauber Pessoa. **Comentários ao Código Civil brasileiro**. v. 5. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ASSIS, Araken de. **Resolução do contrato por inadimplemento**. 5^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

AXELROD, Robert. **The Evolution of Cooperation**. Nova Iorque: Basic Books, 1984.

AYRES, Ian; GERTNER, Robert. Filling Gaps in Incomplete Contracts: An Economic Theory of Default Rules. **Yale Law Journal**, v. 99, p. 87-130, 1989.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Cláusula Cruzada de não-indenizar (crosswaiver of liability), ou cláusula de não-indenizar com eficácia para ambos os contratantes. Renúncia ao direito de indenização. Promessa de fato de terceiro. Estipulação em favor de terceiros. *In*: AZEVEDO, Antônio Junqueira de (Coord.). **Estudos e Pareceres de Direito Privado**. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. Princípios do novo direito contratual e desregulamentação do mercado - Direito de exclusividade nas relações contratuais de fornecimento - Função social do contrato e responsabilidade aquiliana do terceiro que contribui para inadimplemento contratual. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 87, n. 750, p. 113-120, abr. 1998.

_____. Relatório brasileiro sobre revisão contratual apresentado para as Jornadas Brasileiras da Associação Henri Capitant. *In*: AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Novos estudos e pareceres de Direito privado**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BALA, Nicholas C., et al. **Contracts: Cases, Notes and Materials**. 7^a ed. Toronto: LexisNexis, 2006.

BANDEIRA, Paula Greco. **Contrato Incompleto**. São Paulo: Atlas, 2015.

BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de; TEPEDINO, Gustavo (Coord.). **Código Civil interpretado conforme a Constituição da República : v. 1**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

BARNETT, Randy E. Contract is Not Promise; Contract is Consent. **Georgetown University Law Faculty Publications and Other Works**, 2011.

BARON, Jonathan; WILKINSON-RYAN, Tess. Moral Judgement and Moral Heuristics in Breach of Contract. **Journal of Empirical Legal Studies**, v. 6, p. 407-423, 2009.

BARTON, J. L. Contractual damages and the rise of industry. **Oxford Journal of Legal Studies**, v. 7, n. 1, p. 40-59, mar. 1987.

BATES, Paul J. A Mitigation of Damages: A Matter of Commercial Common Sense. **Advocate's Quarterly**, v. 13, n. 3, p. 273-307, jan. 1992.

BECKER, Anelise. A doutrina do adimplemento substancial no Direito brasileiro e em perspectiva comparativista. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 9, n. 1, p. 60-77, nov. 1993.

BECKER, Gary S. Crime and Punishment: An Economic Approach. **Journal of Political Economy**, p. 1-54, 1974.

_____. **The Economic Approach To Human Behavior**. Chicago: The University of Chicago Press, 1976.

BENTHAM, Jeremy. **An Introduction to the Principles of Morals and Legislation**. Ontário: Batoche Books, 2000.

BESSONE, Darcy. **Do Contrato – Teoria Geral**. São Paulo: Saraiva, 1997.

BETTI, Emilio. **Teoria Generale delle Obbligazioni, v. 1, Prolegomeni, Funzione Economico-Sociale dei Rapporti d'Obbligazione**. Milano: Giuffrè, 1953.

_____. **Teoria Generale delle Obbligazioni, v. 2**. Milano: Giuffrè, 1953a.

_____. **Teoria geral do negócio jurídico : v. 3**. Tradução de Fernando Miranda. Coimbra: Coimbra, 1969.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Código Civil comentado : v. 4**. 10^a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955.

BIGONI, Maria et al. **Unbundling Efficient Breach**. Coase-Sandor Institute for Law & Economics Working Paper, n. 695, p. 1-66, ago. 2014.

BIRMINGHAM, Robert L. Breach of Contract, Damage Measures, and Economic Efficiency, **Articles by Maurer Faculty**, p. 273-292, 1970.

BOBBIO, Norberto. **O Positivismo Jurídico: lições de Filosofia do Direito**. São Paulo: Ícone, 2006.

BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit (Ed.). **Encyclopedia of Law and Economics, Volume III. The Regulation of Contracts**. Cheltenham: Edward Elgar, 2000.

BROWNSWORD, Roger; HIRD, Norma J.; HOWELLS, Geraint. **Good Faith in Contract: Concept and Context**. Londres: Dartmouth, 1999.

CAHALI, Yusef Said. **Dano Moral**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

CALABRESI, Guido; MELAMED, A. Douglas. Property Rules, Liability Rules, and Inalienability: One View of the Cathedral. **Harvard Law Review**, v. 85, n. 6, p. 1089-1128, abr. 1972.

CARNELUTTI, Francesco. Appunti sulle obbligazioni. **Rivista di diritto commerciale**, v. I, p. 525-617, 1915.

CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito Geral e Brasil**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2014.

CASTRO, José Roberto Wanderley de. O Direito Comparado como ciência e método de aperfeiçoamento da efetivação dos direitos fundamentais. **Revista de Processo Comparado**, v. 8, p. 195-210, jul./dez. 2018.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COASE, Ronald H. **A firma, o mercado e o direito**. Tradução de Heloisa Gonçalves Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

COHEN, David S.; KNETSCH, Jack L. Judicial Choice and Disparities between measures of economic values. **Osgoode Hall Law Journal**, v. 30, n. 3, p. 737-770, 1992.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. Jornadas de Direito Civil. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej>. Acesso em 15/09/2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em Números 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/08/44b7368ec6f888b383f6c3de40c32167.pdf>. Acesso em 08/01/2019.

CONSULTOR JURÍDICO. STJ deverá decidir briga de cervejarias por Zeca Pagodinho. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-jun-03/stj-devera-decidir-briga-cervejarias-zeca-pagodinho>. Acesso em 09.01.2018.

COOTER, Robert D.; PORAT, Ariel. Anti-insurance. **Journal of Legal Studies**, v. 31, p. 203-232, jun. 2002.

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. **Law & Economics**. 5ª ed. Harlow: Pearson Addison-Wesley, 2008.

CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. **Da boa-fé no Direito Civil**. Coimbra: Almedina, 2011.

_____. **Direito das Obrigações : vol. 1**. Lisboa: Associação Acadêmica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1980.

_____. La bonne foi à la fin du vingtième siècle. **Revue de droit de l'Université de Sherbrooke**, v. 26, Quebec, 1996.

COSENTINO, F. Efficienza econômica dell'inadempimento e diritto delle obbligazioni: una verifica delle norme sull'inadempimento del contratto. **Quadrimestre**, p. 484 e segs., 1988.

CRASWELL, Richard. Contract Law, Default Rules, and the Philosophy of Promising. **Michigan Law Review**, v. 88, n. 3, p. 489-529, dez. 1989.

_____. Contract Remedies, Renegotiation, and the Theory of Efficient Breach. **Southern California Law Review**, v. 61, p. 629-670, jan. 1988.

_____. Insecurity, Repudiation, and Cure. **Journal of Legal Studies**, v. 19, n. 3, p. 399-434, jun. 1990.

_____. Two Economic Theories of Enforcing Promises. In: BENSON, Peter (org.). **The theory of Contract Law: New Essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

CRUZ, Gisela Sampaio da. **O problema do nexo causal na responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

CURTIS, Linda. Damage Measurements for Bad Faith Breach of Contract: An Economic Analysis. **Stanford Law Review**, v. 39, n. 1, p. 161-185, nov. 1986.

D'ARRIGO, Cosimo. Il controllo delle sopravvenienze nei contratti a lungo termine. *In*: TOMMASINI, Raffaele (Coord.). **Soppravvenienze e dinamiche di riequilibrio tra controllo e gestione del rapporto contrattuale**. Turim: G. Giappichelli, 2003.

DANTAS, Ivo. Direito comparado como ciência. **Revista de Informação Legislativa**, 1997.

DIAS, José de Aguiar. **Cláusula de não indenizar**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

_____. **Da responsabilidade civil: Vol. I**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

DODGE, William S. The Case of Punitive Damages in Contracts. **Duke Law Journal**, v. 48, n. 4, p. 629-699, fev. 1999.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **O império do direito**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

EISENBERG, Melvin A. Actual and Virtual Specific Performance, the Theory of Efficient Breach, and the Indifference Principle in Contract Law. **California Law Review**, v. 93, n. 4, p. 975-1050, jul. 2005.

EL PAÍS. BC reduz expectativa de crescimento do PIB neste ano de 2,6% para 1,6%. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/28/economia/1530196905_319416.html. Acesso em 03/01/2019.

FARIAS, Cristiano Chaves de; NETTO, Felipe Braga; ROSENVALD, Nelson. **Manual de Direito Civil**. 2ª ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

FARNSWORTH, Ward. Do Parties to Nuisance Cases Bargain After Judgement? A Glimpse Inside the Cathedral. **The University of Chicago Law Review**, v. 66, p. 373-436, 1999.

FERNANDES, Wanderley. **Cláusulas de exoneração e de limitação de responsabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2013.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FICI, Antonio. **Il contratto ‘incompleto’**. Torino: G. Giappichelli Editore, 2005.

FONSECA, Arnaldo Medeiros da. **Caso fortuito e Teoria da Imprevisão**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

FORGIONI, Paula. A interpretação dos negócios empresariais no novo Código Civil. **Revista de Direito Mercantil**, ano XLII, v. 130, abr./jun. 2003.

FRANÇA, Rubens Limongi. Cláusula penal. *In*: **Enciclopédia Saraiva do Direito : v. 15**. São Paulo: Saraiva, 1977.

FRANCO, Paulo; PORTO, Antonio Maristrello. A Teoria da Perda de Uma Chance e a Microeconomia. **Economic Analysis of Law Review**, v. 9, n. 1, p. 202-225, jan./abr. 2018.

FRANZONI, Luigi Alberto. **Introduzione all’economia del diritto**. Bolonha: Mulino, 2003.

FRIED, Charles. **Contract as Promise: a theory of contractual obligation**. Oxford: Oxford University Press, 1981.

FRIEDMAN, David D. **Law’s Order – What Economics has to do with Law and why it matters**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

FRIEDMANN, Daniel. The efficient breach fallacy. **The Journal of Legal Studies**, v. 18, n. 1, p. 1-24, jan. 1989.

FULLER, Lon L.; PERDUE JUNIOR, William M. The Reliance Interest in Contract Damages: 1. **Yale Law Journal**, v.46, p. 52-96, 1936.

G1. Banco Central reduz previsão de crescimento do PIB de 2018 para 1,4%. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/27/banco-central-reduz-previsao-de-crescimento-do-pib-de-2018-para-14.ghtml>. Acesso em 03/01/2019.

GALLO, Paolo. **Sopravvenienza contrattuale e problemi di gestione del contratto**. Milão: Giuffrè, 1992.

GARCIA, Enéas Costa. **Responsabilidade pré e pós-contratual à luz da boa-fé**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

GILL, Richard T. **Introdução à microeconomia**. Tradução de Augusto Reis. São Paulo: Atlas, 1976.

GILMORE, Grant. **The Ages of American Law**. New Haven: Yale University Press, 1977.

GOETZ, Charles J.; SCOTT, Robert E. Enforcing Promises: An Examination of the Basis of Contract. **The Yale Law Journal**, v. 89, n. 7, p. 1261-1322, jun. 1980.

_____. Liquidated damages, penalties and the just compensation principle: some notes on an enforcement model and a theory of efficient breach. **Columbia Law Review**, v. 77, p. 554-594, 1977.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

_____. **Obrigações**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

HAAG, David. **Efficient breach of contract – the role of damage measures**. Munique: GRIN, 2007.

HARRISON, Jeffrey L. A Nihilistic View of the Efficient Breach. **Michigan State Law Review**, v. 1, p. 168-209, 2013.

HAYEK, Friedrich A. The use of knowledge in society. **American Economic Review**, vol. XXXV, p. 519-530, 1945.

HIRONAKA, Giselda Maria F. Novaes. **Direito Civil – Estudos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

HOLMES, Oliver Wendell. The Path of the Law. **Harvard Law Review**, v. 10, p. 457-462, 1897.

HUME, David. **Tratado da natureza humana**. 2ª ed. rev. e ampl. Tradução de Déborah Danowski. São Paulo: UNESP, 2009.

_____. **Uma investigação sobre os princípios da moral**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Unicamp, 1995.

JOLLS, Christine; SUNSTEIN, Cass R.; THALER, Richard H. A Behavioral Approach to Law and Economics. **Stanford Law Review**, v. 50, p. 1471-1550, mai. 1998.

KAHNEMAN, Daniel. **Thinking, Fast and Slow**. Nova Iorque: Farrar Straus Giroux, 2013.

KAHNEMAN, Daniel; KNETSCH, Jack L.; THALER, Richard H. Experimental Tests of the Endowment Effect and the Coase Theorem. **The Journal of Political Economy**, v. 98, n. 6, p. 1325-1348, dez. 1990.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Prospect theory: An Analysis of Decision Under Risk. **Econometrica**, v. 47, n. 2, p. 263-292, mar. 1979.

KAPLOW, Louis; SHAVELL, Steven. Economic Analysis of law. In: AUERBACH, A. J.; FELDSTEIN, M. **Handbook of Public Economics vol. 3**. Nova Iorque: Elsevier, 2002.

KATZ, Avery Wiener. The Option Element in Contracting. **Virginia Law Review**, v. 90, n. 8, p. 2187-2244, dez. 2004.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 6ª ed. Tradução por João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KLASS, Gregory. Efficient Breach. In: **The Philosophical Foundations of Contract Law**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

_____. Three Pictures of Contract: Duty, Power and Compound Rule. **New York University Law Review**, v. 83, p. 1726-1783, 2008.

_____. To perform or pay damages. **Virginia Law Review**, v. 98, n. 1, p. 143-158, mar. 2012.

KRONMAN, Anthony T. Specific Performance. **The University of Chicago Law Review**, v. 45, p. 351-382, 1978.

KULL, Andrew. Disgorgement for breach, the “restitution interest”, and the Restatement of Contracts. **Texas Law Review**, v. 79, jun. 2001.

LARENZ, Karl. **Derecho de Obligaciones : Tomo I**. Tradução de Jaime Santos Briz. Madri: Revista de Derecho Privado, 1958.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. Os contratos coligados, os contratos conexos e as redes contratuais. *In*: CARVALHOSA, Modesto. **Tratado de Direito Empresarial : tomo IV**. São Paulo: Thomson-Reuters/Revista dos Tribunais, 2016.

LIAO, Wenqing. **The Application of the Theory of Efficient Breach in Contract Law: A Comparative Law and Economics Perspective**. Cambridge: Intersentia, 2015.

LINZER, Peter. On the Amorality of Contract Remedies – Efficiency, Equity and the Second Restatement. **Columbia Law Review**, v. 81, n. 111, p. 111-139, 1981.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Exceções substanciais: Exceção de contrato não cumprido (exceptio non adimpleti contractus)**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959.

MACKAAY, Ejan. **The Economics of Civil Law Contract and of Good Faith**. Disponível em: https://www.law.utoronto.ca/documents/conferences2/Trebilcock09_Mackaay.pdf. Acesso em 14.01.2019.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise Econômica do Direito**. Tradução de Rachel Sztajn. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MACLEOD, W. Bentley. Reputations, Relationships and Contracts Enforcement. **Journal of Economic Literature**, v. 45, n. 3, p. 595-628, set. 2007.

MACNEIL, Ian R. Efficient Breach of Contract: Circles in the Sky. **Virginia Law Review**, v. 68, n. 5, p. 947-969, mai. 1982.

MAHONEY, Paul G. Contract Remedies and Options Pricing. **Journal of Legal Studies**, v. 24, n. 1, p. 139-163, jan. 1995.

MARINO, Francisco de Crescenzo. **Contratos coligados no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Interpretação do Negócio Jurídico**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARKESINIS, Sir Basil; UNBERATH, Hannes; JOHNSTON, Angus. **The German Law of Contract : A Comparative Treatise**. 2ª ed. Oxford: Hart Publishing, 2006.

MARKOVITS, Daniel; SCHWARTZ, Alan. The myth of efficient breach: new defenses of the expectation interest. **Virginia Law Review**, v. 97, n. 8, p. 1939-2008, dez. 2011.

MARTINS, José Eduardo Figueiredo de Andrade. **Duty to mitigate the loss no Direito Civil brasileiro**. São Paulo: Verbatim, 2015.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no Direito Privado : critérios para a sua aplicação**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS-COSTA, Judith; PARGENFLER, Marina de Souza. Usos e abusos da função punitiva (punitive damage e o Direito brasileiro). **Revista do Centro de Estudos Judiciários**, Brasília, n. 28, p. 15-32, jan./mar. 2005.

MATTEI, Ugo et al. **Il mercato delle regole : analisi economica del diritto civile**. Bolonha: Società Editrice il Mulino, 1999.

MATOZZI, Ignacio de Cuevillas. **La relación de causalidad em la órbita del derecho de daños**. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2000.

MAURO, Antonio de. **Il principio di adeguamento nei rapporti giuridici tra privati**. Milão: Giuffré, 2000.

MAYER, Martin. **The Bankers**. Nova Iorque: Ballantine Books, 1974.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico : Plano da Validade**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de Direito privado : Tomo IV**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bosch, 1972.

_____. **Tratado de Direito Privado : Tomo XXV**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.

_____. **Tratado de Direito Privado : Parte Especial : Tomo XXVI**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1959.

MIRMINA, Steve. Cross-Waivers of Liability in Agreements to Explore Outer Space – What They are and How they work?. **The Scitech Lawyer**, v. 9, n. 1, 2012.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil: direito das obrigações: 1ª parte**. vol. 4. São Paulo: Saraiva, 1988.

MUNRO, William Bennett. *The Custom of Paris in the New World*. In: BEROLZHEINER, F. **Juristische Festgabe des Auslandes zu Josef Kohlers 60. Geburtstag**. Estugarda: Ferdinand Enke, 1907.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de A. **Código Civil comentado**. 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

NEVES, Marcelo. **Entre Hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais**. São Paulo: WMF Martins Fontes.

NONATO, Orosimbo. **Curso de Obrigações : v. I**. Rio de Janeiro: Forense, 1959.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Tabela de Honorários Advocatícios – 2018. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/servicos/tabelas/tabela-de-honorarios//>. Acesso em 28/12/2018.

PELA, Juliana Krueger. "Inadimplemento eficiente" (efficient breach) nos contratos empresariais. **Revista Jurídica Luso Brasileira**, ano 2, n. 1, p. 1091-1103, 2016.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil : Introdução ao Direito Civil. Teoria Geral de Direito Civil Vol. I*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

_____. **Instituições de Direito Civil : Teoria Geral das Obrigações Vol. II**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. **Instituições de Direito Civil – Vol. III**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil – Introdução ao Direito Civil Constitucional**. Tradução de Maria Cristina de Cicco. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

PIGOU, Arthur C. **The Economics of Welfare**. 4ª ed. Londres: Macmillian, 1932.

PONZANELLI, Giulio. Il "tort of interference" nei rapporti contrattuali: le esperienze nordamericana e italiana a confronto. **Quadrimestre**, p. 729 e segs., 1989.

POSNER, Richard A. **Economic Analysis of Law**. 7ª ed. Nova Iorque: Wolters Kluwer Law & Business, 2007.

_____. **Economic Analysis of Law**. 9ª ed. Nova Iorque: Wolters Kluwer Law & Business, 2014.

_____. **Fronteiras da Teoria do Direito**. Tradução de Evandro Ferreira e Silva, Jefferson Luiz Camargo, Paulo Salles e Pedro Sette-Câmara. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

POTHIER, Robert Joseph. **Traité des Obligations : Tome Premier**. Paris: Debure l'ainé, 1761.

POUNDSTONE, William. **Prisoner's dilemma – John Von Neumann, Game Theory, and the Puzzle of the Bomb**. Nova Iorque: Anchor, 1992.

PRATA, Ana. **Cláusula de exclusão e limitação da responsabilidade contratual**. Coimbra: Almedina, 1985.

RABIN, Matthew. Incorporating Fairness Into Game Theory and Economics. **The American Economic Review**, v. 83, p. 1281-1302, dez. 1993.

RAWLS, John. **Uma teoria de justiça**. Tradução por Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REA JR, Samuel. Efficiency Implications of Penalties and Liquidated Damages. **The Journal of Legal Studies**, vol. 13, n. 1, p. 147-167, jan. 1984.

REZENDE, Christiane Leles.; ZYLBERSZTAJN, Decio. PACTA SUNT SERVANDA? O caso dos contratos de soja verde. **UC Berkeley: Berkeley Program in Law and Economics**, 2007. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/5jg1v63w>. Acesso em 17/01/2019.

RODOVALHO, Thiago. **Aspectos básicos da arbitragem**. São Paulo: Instituto de Direito Contemporâneo, 2018.

RODOVALHO, Thiago; MOCHI, Lucas Gomes. Função Social do Contrato e as implicações econômicas de sua aplicabilidade. **Revista Forense**, ano 109, v. 418, p. 491-506, jul.-dez. 2013.

RODOVALHO, Thiago; NERY JUNIOR, Nelson. Renegociação contratual. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 906, 2011.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil : v. 2.** 32^a ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Direito Civil : Dos contratos e Declarações Unilaterais de Vontade : v. 3.** 25^a ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. A doutrina do terceiro cúmplice: autonomia da vontade, o princípio *res inter alios acta*, a função social do contrato e a interferência alheia na execução dos negócios jurídicos. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 821, p. 80, mar. de 2004.

_____. **Revisão judicial dos contratos: autonomia da vontade e teoria da imprevisão.** 2^a ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. Suprema Corte do Canadá muda entendimento sobre boa-fé (Parte 1). **Consultor Jurídico**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-dez-31/direito-comparado-suprema-corte-canada-muda-entendimento-boafefe>. Acesso em: 14.01.2019.

SAVI, Sérgio. **Responsabilidade civil por perda de uma chance.** São Paulo: Atlas, 2006.

SCALISE JR., Ronald J. Why No “Efficient Breach” in the Civil Law?: A Comparative Assessment of the Doctrine of Efficient Breach of Contract. **The American Journal of Comparative Law**, v. 55, n. 4, p. 721-766, 2007.

SCANLON, Thomas M. **Moral Dimensions: permissibility, meaning, blame.** Cambridge: Harvard University Press, 2008.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Manual de arbitragem.** Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SCHREIBER, Anderson. **Equilíbrio contratual e dever de renegociar.** São Paulo: Saraiva, 2018.

SCHWARTZ, Alan. The Case for Specific Performance. **Yale Law Journal**, v. 89, p. 271-306, 1979.

_____. The Myth That Promisees Prefer Supracompensatory Remedies: An Analysis of Contracting for Damage Measures. **Yale Law Journal**, v. 100, p. 369-407, 1990.

SEN, Amartya K. A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory. **Philosophy & Public Affairs**, v. 6, n. 4, p. 317-344, 1977.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Sobre Ética e Economia**. 7ª ed. Tradução por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SHAVELL, Steven. Damage Measures for Breach of Contract. **The Bell Journal of Economics**, v. 11, n. 2, p. 466-490, 1980.

_____. Specific performance versus damages for breach of contract : an economic analysis. **Harvard Law and Economics Discussion Paper**, n. 532, nov. 2005. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=868593>. Acesso em 31/12/2017.

SHIFFRIN, Seana. “Could” Breach of Contract Be Immoral?. **Michigan Law Review**, v. 107, n. 8, p. 1551-1568, jun. 2009.

_____. Must I mean what you think I should have said?. **Virginia Law Review**, v. 98, n. 1, p. 159-176, mar. 2012.

_____. The Divergence of Contract and Promise. **Harvard Law Review**, v. 120, p. 708-753, 2007.

SIDOU, J. M. Othon. **Resolução judicial dos contratos (Cláusula rebus sic stantibus) e contratos de adesão – no direito vigente e no projeto de Código Civil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

SILVA, Clóvis do Couto e. **A obrigação como processo**. São Paulo: José Bushatsky, 1976.

_____. O princípio da boa-fé no direito brasileiro e português. *In*: CAETANO, Marcello; ALVES, José Carlos Moreira; SILVA, Clóvis do Couto e; COSTA, Mário Júlio (Orgs.). **Estudos de Direito Civil Brasileiro e Português**. I Jornada Luso-Brasileira de Direito Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

SILVA, Jorge Cesa Ferreira da. **A Boa-Fé e a Violação Positiva do Contrato**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

_____. **Inadimplemento das obrigações**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

SILVA, Wilson Melo da. **Responsabilidade sem culpa e socialização do risco**. Belo Horizonte: Bernardo Álvares S.A., 1962.

SIMON, Herbert A. A Behavioral Model of Rational Choice. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 69, n. 1, p. 99-118, fev. 1955.

SPENCE, Michael. Job Market Signaling. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 87, n. 3, p. 355-374, ago. 1973.

_____. **Market Signaling: Informational transfer in hiring and related screening processes**. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

STIGLITZ, Joseph E. The Contributions of the Economics of Information to Twentieth Century Economics. **Quarterly Journal of Economics**, v. 115, n. 4, p. 1441-1478, nov. 2000.

_____. The Theory of “Screening”, Education, and the Distribution of Income. **The American Economic Review**, v. 65, n. 3, p. 283-300, jun. 1975.

STOLZE, Pablo. **Novo Curso de Direito Civil: Contratos: Teoria Geral**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

TEPEDINO, Gustavo. Notas sobre o nexo de causalidade. *In: Revista jurídica*, v. 50, n. 296, p. 7-18, jun. 2002.

TERRA, Aline de Miranda Valverde. **Cláusula resolutiva expressa**. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

_____. Execução pelo equivalente como alternativa à resolução: repercussões sobre a responsabilidade civil. **Revista Brasileira de Direito Civil**. Belo Horizonte, v. 18, p. 49-73, out./dez. 2018.

_____. **Inadimplemento anterior ao termo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

THALER, Richard H. **Misbehaving: the making of Behavioral Economics**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company Inc., 2015.

THE LAW DICTIONARY. Disponível em: <https://thelawdictionary.org>. Acesso em 16/02/2019.

THEL, Steve; SIEGELMAN, Peter. Willful breach: an efficient screen for efficient breach. In: BEN-SHAHAR, Omri (Ed.). **Fault in American Contract Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **O contrato e sua função social**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito contratual brasileiro – críticas e alternativas ao solidarismo jurídico**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. Direito, Economia e a Função Social do Contrato: em busca dos verdadeiros interesses coletivos protegíveis no mercado o crédito. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, v. 33, p. 15-31, 2006.

_____. Função social do contrato: a “hipercomplexidade” do sistema contratual em uma economia de mercado. In: **Direito e economia**. Porto Alegre: Thomson/IOB, 2005.

_____. Função social do Direito Contratual no Código Civil brasileiro: justiça distributiva vs. Eficiência econômica. **Revista dos Tribunais**, v. 876, p. 11-28, out. 2008.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. **Informação assimétrica, custos de transação, princípio da boa-fé**. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

TORSELLO, Marco. All roads lead to Rome: the multiple grounds under Italian Law to challenge a contract due to supervening changes of circumstances. In: BASAK, Basoglu (ed.). **The effects of financial crises on the binding force of contracts: renegotiation, rescission or revision**. Nova Iorque: Springer, 2016.

TRIAntIS, Alexander J.; TRIANTIS, George G. Timing problems in contract breach decisions. **The Journal of Law & Economics**, v. 41, n. 1, p. 163-208, abr. 1998.

TRIMARCHI, Pietro. Sulla responsabilità del terzo per pregiudizio del diritto di credito. In: **Studi in memória di Giacomo Delitala vol. III**. Milão: Giuffrè, 1984.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Despesas processuais. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/IndicesTaxasJudiciarias/DespesasProcessuais>. Acesso em 27/12/2018.

ULEN, Thomas S. The Efficiency of Specific Performance: Toward a Unified Theory of Contract Remedies. **Michigan Law Review**, v. 83, n. 2, p. 341-403, nov. 1984.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia : uma abordagem moderna**. 9ª ed. Tradução de Regina Célia Simille de Macedo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

WALD, Arnaldo. **Obrigações e Contratos**. 12ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

WILKINSON-RYAN, Tess. Do Liquidated Damages Encourage Breach? A Psychological Experiment. **Michigan Law Review**, v. 108, n. 5, p. 633-671, 2010.

WITTMAN, Donald. **Economic Foundations of Law and Organization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ZANETTI, Cristiano de Sousa. A transformação da mora em inadimplemento absoluto. **Revista dos Tribunais**, v. 942, abr. 2014.

_____. **Responsabilidade pela Ruptura das Negociações**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

ZHANG, Fan. Dynamic Contract Breach. **Journal of Law, Economics & Organization**, v. 27, n. 3, p. 453-484, out. 2011.

ZIMMERMANN, Reinhard. Limitation of liability for damages in European Contract Law. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, v. 3, p. 215-248, abr.-jun. 2015.

_____. **The New German Law of Obligations: Historical and Comparative Perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

b) Legislativas

ALEMANHA. Bürgerliches Gesetzbuch (BGB). Disponível em: <http://www.gesetze-im-internet.de/bgb/>. Acesso em: 18 set. 2018.

ARGENTINA. Código Civil de La Republica Argentina. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/Codigo_Civil_de_la_Republica_Argentina.pdf. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Decreto nº 8.327, 16 de outubro de 2014. Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias - Uncitral, firmada pela República Federativa do Brasil, em Viena, em 11 de abril de 1980. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 out. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8327.htm. Acesso em 10 jan. 2019.

_____. Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975. Estabelece a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária e acrescenta parágrafo único ao artigo 1º da Lei número 6.147, de 29 de novembro de 1974. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 abr. 1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L6205.htm. Acesso em 12 jan. 2019.

_____. Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990. Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 mar. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8009.htm. Acesso em 12 jan. 2019.

_____. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm. Acesso em 12 jan. 2019.

_____. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*,

Brasília, DF, 27 set. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm. Acesso em 15 jan. 2019.

_____. Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 27 dez. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9250.htm. Acesso em 15 jan. 2019.

_____. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 mai. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm. Acesso em: 12 jan. 2019.

_____. Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. Dispõe sobre a arbitragem. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 set. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9307.htm. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 nov. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9868.htm. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 18 dez. 2018.

_____. Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei no 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei no 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2 dez. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/L12529.htm. Acesso em: 5 jan. 2019.

_____. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm. Acesso em: 18 dez. 2018.

_____. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 29 jun. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm. Acesso em: 5 jan. 2019.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Uniform Commercial Code. Disponível em: <http://www.law.cornell.edu/ucc>. Acesso em: 9 mar. 2017.

_____. Restatement (Second) of Contracts. Disponível em: http://www.lexinter.net/LOTWVers4/restatement_%28second%29_of_contracts.htm. Acesso em: 9 mar. 2017.

FRANÇA. Code Civil. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070721>. Acesso em: 12 mar. 2018.

ITÁLIA. R.D. 16 marzo 1942, n. 262. Approvazione del testo del Codice Civile. *Gazzetta Ufficiale*, n. 79, 4 abr. 1942. Disponível em: http://www.jus.unitn.it/cardoza/obiter_dictum/codciv/codciv.htm. Acesso em: 14 mar. 2018.

c) Jurisprudenciais

c.1) Jurisprudência brasileira

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 76.362/MT, Quarta Turma, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, julgado em 11 dez. 1995. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/listarAcordaos?classe=&num_processo=&num_registro=199500506351&dt_publicacao=01/04/1996. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 788.459/BA, Quarta Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, julgado em 13 mar. 2006. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200501724109&dt_publicacao=13/03/2006. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 332.048/SP, Quarta Turma, Rel. Des. Honildo Amaral de Mello Castro (Desembargador convocado do TJ/AP), julgado em 05 out. 2009. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200100893145&dt_publicacao=05/10/2009. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial nº 1.152.141/RS, Terceira Turma, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 21 set. 2011. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201102570289&dt_publicacao=19/03/2018. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 903.258/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 17 nov. 2011. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200601848080&dt_publicacao=17/11/2011. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 1.025.298/RS, Rel. para acórdão Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 28 nov. 2012. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201101244248&dt_publicacao=24/05/2012. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.349.081/AL, Terceira Turma, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 06 mai. 2014. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201202199325&dt_publicacao=12/05/2014. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.316.149/SP, Terceira Turma, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 27 jun. 2014. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201200598840&dt_publicacao=27/06/2014. Acesso em: 16 fev. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.433.054/ES, Terceira Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 03 dez. 2015. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201304076891&dt_publicacao=14/12/2015. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.581.505/SC, Quarta Turma, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, julgado em 18 ago. 2016. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201502887137&dt_publicacao=28/09/2016. Acesso em: 16 fev. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial nº 1.641.131, Terceira Turma, Rel. Min. Nancy Andrichi, julgado em 16 fev. 2017. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201602818619&dt_publicacao=23/02/2017. Acesso em: 16 fev. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 698.725, Quarta Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 17 ago. 2017. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201500725521&dt_publicacao=22/08/2017. Acesso em: 16 fev. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.617.652/DF, Terceira Turma, Rel. Min. Nancy Andrichi, julgado em 29 set. 2017. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201602020872&dt_publicacao=29/09/2017. Acesso em: 16 fev. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.492.221/PR, Primeira Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 22 fev. 2018. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201402838362&dt_publicacao=20/03/2018. Acesso em: 17 fev. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 573.927/DF, Quarta Turma, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, julgado em 17 abr. 2018. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201402121504&dt_publicacao=24/04/2018. Acesso em: 17 fev. 2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. Agravo no Recurso Extraordinário nº 766.618. Plenário, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 25 mai. 2017. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14028508>. Acesso em: 18 fev. 2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 636.331. Plenário, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 25 mai. 2017. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14028416>. Acesso em: 18 fev. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Apelação nº 591.028.295, Quinta Câmara Cível, Rel. Des. Ruy Rosado de Aguiar Júnior, julgado em 06 jun. 1991.

_____. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Embargos infringentes nº 591.083.357, Terceiro Grupo de Câmaras Cíveis, Rel. Juiz Adalberto Libório Barros, julgado em 01 nov. 1991;

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo nº 04.109.435-2, 36ª Vara Cível Central da Capital, juiz de direito Renato Acacio de Azevedo Borsanelli, julgado em 11 dez. 2006.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo nº 04.027.913-8, 36ª Vara Cível Central da Capital, juiz de direito Renato Acacio de Azevedo Borsanelli, julgado em 11 dez. 2006.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo nº 9072385-17.2005.8.26.0000, 3ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Adilson de Andrade, julgado em 10 mai. 2011. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cposg/show.do?processo.foro=990&processo.codigo=RMZ00MHO0000>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo nº 9112793-79.2007.8.26.0000, Quinta Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Mônaco da Silva, julgado em 12 jun. 2013. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cposg/show.do?processo.foro=990&processo.codigo=RMZ00RN3S0000>. Acesso em: 20 fev. 2019.

c.2) Jurisprudência estrangeira

ESTADOS UNIDOS. K Mart Corp. v. Ponssock, 732 P.2d 1364, 1372 (Nev. 1987). Disponível em: <https://law.justia.com/cases/nevada/supreme-court/1987/16736-1.html>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. Peevyhouse v. Garland Coal Mining Co (1962) 382 P.2d 109. Disponível em: <https://law.justia.com/cases/oklahoma/supreme-court/1962/36236.html>. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. Sturges v. Bridgman, 1 Ch. D. 852 (1879).

INGLATERRA E GALES. Hadley v. Baxendale, 9 Ex. 341, 156 Eng. Rep. 145 (1854). Disponível em: <http://www.lawlink.com/documents/28140/public>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. Robinson v. Harman (1848) 1 Ex Rep 850, 154 ER 363.

ITÁLIA. Corte di Cassazione, Sezioni Unite, sentença de 26 de janeiro de 1971, n. 174. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/23160472?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 17 dez. 2018.

REINO UNIDO. Dunlop Pneumatic Tyre Company Ltd. v New Garage and Motor Company Ltd. [1915] AC 79, 86-87. Disponível em: <http://www.bailii.org/uk/cases/UKHL/1914/1.html>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. Suprema Corte. Cavendish Square Holdings BV v. Talal El Makdessi, ParkingEye Ltd. v. Beavis [2015] 67. Disponível em: <https://www.supremecourt.uk/cases/docs/uksc-2013-0280-judgment.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.